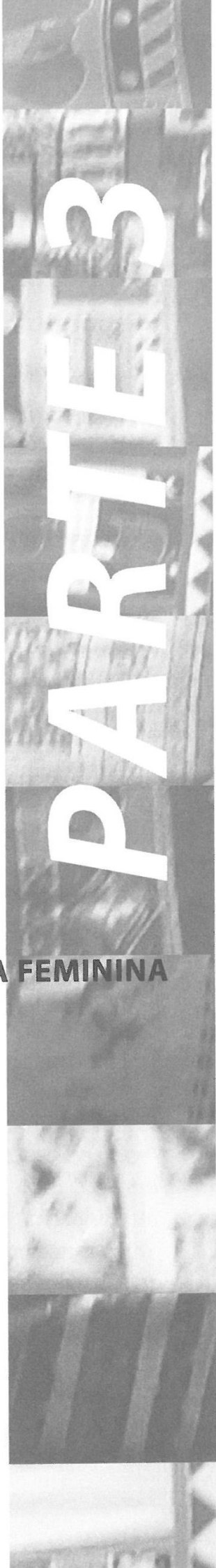




**ÁFRICA, ESCRITAS LITERÁRIAS:
ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU,
MOÇAMBIQUE, SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Carmen Tindó Secco
Maria Teresa Salgado
Silvio Renato Jorge
(organização)

Editora UFRJ/UEA
Rio de Janeiro
2010



3

PARTIE

3

PARTIE

3

LITERATURA AFRICANA DE AUTORIA FEMININA



PODER E CONHECIMENTO NA
POESIA DE ANA PAULA TAVARES

Margarida Calafate Ribeiro

O silêncio é fala.

Manuel Rui

ABRINDO

Gostaria de deixar claro desde o início que não é como especialista da cultura e da literatura angolanas que escrevo, mas como uma estudiosa da cultura portuguesa, sempre impressionada com a pujança das culturas africanas ante o modelo colonial imposto, o sufoco do neocolonialismo e o tempo incerto do pós-colonialismo, tantas vezes assombrado pelo seu inquilino fantasmático, que ainda é o tempo colonial.

Assim, é como visitante cerimoniosa dessas culturas antiquíssimas e riquíssimas que me atrevo a escrever algo sobre a bela poesia de Ana Paula Tavares, depois do ruído crítico introduzido em mim pelas leituras penetrantes que Laura Padilha, Rita Chaves e Carmen Tindó Secco fizeram de sua obra. E também por causa do desafio que para mim constituiu, desde o início, sua poesia, uma das vozes poéticas com as quais aprendi ser sempre possível, num dia de manhã, levantar e dizer “não vou”. É, portanto, a partir desse entrelugar que vou falar dessa poesia que transforma, canibaliza e incorpora várias vozes emitidas com base em vários patrimônios culturais e geográficos, obrigando a língua portuguesa a dobragens e redobragens nem sempre imediatas, e que assim a engrandecem.

DE OUTROS PODERES E DE OUTROS CONHECIMENTOS

Poder e conhecimento são, como é sabido, o binômio sobre o qual repousou grande parte do ideário imperial e do ato colonial impostos pelas potências coloniais europeias no final do século XIX e ao longo de boa parte do século XX. Esse poder e esse conhecimento, veiculados numa certa língua imperial, representa-

ram poderoso elemento estruturador e unificador dos territórios coloniais em si, entre si e com as suas metrópoles. Basta remontar a João de Barros e à sua *Gramática* (Barros, 1971) para entender que – como ele tão premonitoriamente insinua na introdução – os padrões e as obras seriam levados pelo tempo, mas que a língua ficaria como testemunho do encontro. Ou basta recordar politicamente Herder para perceber que a língua é não apenas a expressão mais distintiva do espírito da nação imperial – composta de múltiplas nações e de múltiplos povos ignorados –, mas também uma das formas mediante as quais a nação, saída das várias lutas pelas várias emancipações, poderia expressar-se. Esse foi o grande trabalho do cultor da nação e da língua portuguesas que foi Camões, o qual, com seu trabalho poético, afirmou a nação portuguesa ante a potencial hegemonia castelhana na sequência da viagem narrada em *Os lusíadas*, viagem esta que traria aos portugueses as terras do império habitadas por outras gentes. O espanto e a angústia então vividos pelo poeta exprimem-se na questão fundadora que enforma *Os lusíadas*, quando do encontro (ou talvez melhor do encontrão, para evocar as palavras de Eduardo Lourenço) entre os navegantes e essa “gente fera e estranha” (Camões, 2003, III, 103, p. 84) “da cor da escura treva” (ibid., XXX, p. 130). E o poeta, pela voz dos navegantes, lança a questão: “Que gente será esta? (em si diziam) / Que costumes, que lei, que rei teriam?” (ibid., I, 45, p. 12).

Por outras palavras, em que língua essas gentes se expressam, que conhecimentos possuem, que poder as conduz e as move? O que representa essa humanidade em relação a nós – ou, dito de outra maneira, quem somos nós afinal? –, até chegar à definição estruturante da identidade portuguesa: “Os portugueses somos do Ocidente/ Imos em busca das terras do Oriente” (Camões, 2003, I, 50, p. 13). De fato, a resposta europeia a essa questão iria definir a Europa como centro de poder e de conhecimento na ordem do mundo que é gerada a partir dessa viagem, e os portugueses, como um povo em demanda dessa nova ordem (Ribeiro, 2004, p. 34-39).

O “processo de colonização, ou a colonialidade, pensada como relação política, que se instaura a partir desta viagem marítima” (Padilha, 2006b, p. 147), vai sendo, ao longo da história, ilustrado por múltiplas narrativas escritas em língua imperial e emitidas da nação imperial. Essas narrativas edificaram, retificaram, codificaram e, finalmente, reproduziram o pensamento colonial. Para recorrer às categorias definidas no célebre provérbio africano: “Também o leão deverá ter quem conte a sua história. As histórias não podem glorificar apenas o caçador”, essa história colonial escrita pelos caçadores converteu esses outros nos seres sem história e sem lei dessa história aparentemente comum. Passarão muitos anos, haverá muitas lutas e correrá muito sangue para que se entenda o

mundo colonial em tensão e fratura entre brancos, negros e mulatos, como nos mostrou Castro Soromenho na sua obra ficcional, ou Noémia de Sousa na sua poesia. Mas, como aponta Laura Padilha (2006a), na senda de Cornejo Polar, nas margens dos discursos eurocêntricos, existiram sempre outras vozes, outras nomeações da terra e das coisas, senhoras de outras versões nunca escutadas e, portanto, por vezes, nem sequer silenciadas, mas antes nunca ouvidas.

Não se tratava, portanto, de defender a ideia, cara a alguns teóricos do pós-colonialismo, de que os subalternos não falavam ou não podiam falar, mas de, como defende Spivak (1988), mostrar que o seu lugar de enunciação – no seio da diferença colonial – condenava o seu discurso à irrelevância, por ser oferecido a interpretações que o silenciavam. Como refere Laura Padilha (2008), em sintonia com Spivak, os subalternos, sejam eles mulheres ou homens, sempre falaram, nunca foram ouvidos, o que é substancialmente diferente.

Mas lendo e sobretudo escutando um texto como o de Ana Paula Tavares em que todas essas vozes-outras são convocadas, assistimos a um confronto do olhar que pode não ser necessariamente conflituoso, mas que nos revela não só os enganos dos olhares europeus, mas também a má fortuna dos seus olhares e o pouco amor ardente. Nessas vozes, outros sujeitos históricos e etnoculturais se revelam, mostrando, assim, outras formas de estar e de sentir o mundo, de viver a vida e de organizar a cultura, a memória e a história, como as mulheres que amassam o pão, como os homens dos bois, senhores da transumância do planalto da Huíla, onde nasceu Ana Paula Tavares.

Vieram muitos
à procura de pasto
traziam olhos rasos da poeira e da sede
e o gado perdido.

Vieram muitos
à promessa de pasto
de capim gordo
das tranquilas águas do lago.
Vieram de mãos vazias
mas olhos de sede
e sandálias gastas
da procura de pasto.
[...]

Partiram com olhos rasos de pasto
limpos de poeira
levaram o gado gordo e as raparigas.
(Tavares, 1999, p. 27-28)

Quando essas narrativas do então definido, para o europeu, como o outro se enunciaram como um “enfrentamento” pronunciado em línguas imperiais, tomadas, para usar a expressão de José Luandino Vieira, como “um troféu de guerra”, nelas se inscreveu a diferença cultural que a prazo reivindicou e justificou a luta que reclamava o ato político da independência.

Vestindo outras peles, outros conhecimentos, e imbuída de outros poderes, foi nessa língua imperial – que muitas outras rasurou no processo de colonização –, portanto, que se começaram a preencher os espaços em branco da história colonial (Padilha, 2006a). Ou, em outras palavras, foi nessa língua que se começaram a colocar sob suspeita os monopólios do conhecimento e do poder, fundamentais no erigir de uma ordem social, política e cultural baseada na diferença e naquela economia do conhecimento que valoriza o “conhecimento autorizado” e socialmente reconhecido, em detrimento (por rasura) de outros conhecimentos, expressos muitas vezes em outras línguas.

Em Moçambique, com José Craveirinha ou Noémia de Sousa; em Angola, com Luandino Vieira, António Jacinto, Viriato da Cruz e tantos outros; ou Amílcar Cabral, em Cabo Verde e Guiné-Bissau, revelaram-se as vozes que vinham falar sobre o que o poder colonial queria continuar a ver como “dialetos” de um folclórico poder local. Nas suas escritas, não mais assumidas como marginais, registra-se a semente da diferença, em tensão com o modelo linguístico colonial. Essa linguagem fundadora de um conhecimento outro, de um poder outro e, finalmente, de uma língua outra, veicula e narra – como bem observou Laura Padilha (2006a) –, uma “outra viagem”, não mais mar abaixo rumo ao sul, como a viagem camoniana em demanda das novas terras que o império traria, mas para “dentro” e por “dentro”. A viagem que o desejo de descolonização determinava – lembrando aquela viagem narrada na literatura portuguesa por Almeida Garrett, em *Viagens na minha terra*, Tejo arriba e, portanto, para dentro da terra e reclamando descolonizações de outra ordem – parecia procurar e tentar recuperar os laços rasurados pelo poder colonial. E, dessa forma, outros enunciados começaram a ser pronunciados para as questões dos navegantes, usando a mesma língua, mas que também era já outra.

De forma particularmente sutil e politicamente comprometida, a poesia de Ana Paula Tavares é exemplar desse movimento. Nela se trazem os sujeitos etno-culturais não valorizados pelo regime colonial – as mulheres e os homens dos bois do planalto da Huíla –, mas importantíssimos na outra ordem do mundo que o mundo colonial não atingia. Nela se trazem as línguas e a vozes de outros sujeitos, nomeadamente das mulheres, os gestos e os atos e os sinais produzidos por esse mundo outro, senhor de outras leis, de outros conhecimentos e de outros poderes que aparentemente o regime colonial parecia não ter tocado. E assim vozes, nomes, territórios, corpos são convocados em títulos de alguns dos poe-

mas que vão desfilando diante dos nossos olhos de leitores, como fotografias dando rosto ao que antes só tinha um nome. São poemas que projetam o percurso da poeta ao longo de uma paisagem natural, social e humana; que colocam sob suspeita os conceitos ocidentais de poder e conhecimento. E isso é feito mediante a vivência múltipla de uma terra-território sentida como uma terra-mãe, que acolhe e integra os seus filhos; como uma casa-corpo que se torna o espaço íntimo do pronunciamento feminino, capaz de revelar e de exercer um poder-outro por um conhecimento-outro imanente à relação com a própria terra e com as pessoas que nela habitam.

De onde eu venho
sou visitada pelas águas ao meio-dia
quando o silêncio se transforma
para as doces palavras do sal em flor
e das raparigas

Os muros são de pedra seca
e deixam escapar a luz por entre corredores
de raízes e vidro
lentas mulheres preparam a farinha
e cada gesto funda
o mundo todos os dias
há velhas mulheres pousadas sobre a tarde
enquanto a palavra
salta o muro e volta com um sorriso tímido
de dentes e sol.
(Tavares, 2007a, p. 19)

Ou no quase autorretrato:

Modesta filha do planalto
combina, farinhenta
os vários sabores
do frio.
Cheia de sono
mima as flores
e esconde muito tímida
o cerne encantado.
(Tavares, 2007c, p. 26)

Com essa outra língua, o pronunciamento feminino contido na poesia de Ana Paula Tavares é espaço de celebração da tradição, dos trabalhos e dos dias de paz em que as mulheres se realizam. É também denúncia da violência da tradição

que perpetua o patriarcado, presente ora no ato da troca de mulheres por gado: “Cresce comigo o boi com que me vão trocar” (Tavares, 2007c, p. 48); ora nos rostos das mulheres e das crianças sobre as quais recai toda a violência da guerra (idem, 1999, p. 36); ora nas relações de poder que conduzem ao silêncio: “Um grito espeta-se faca/ na garganta da noite” (ibid., p. 33). O pronunciamento feminino revela que o sangue da mulher não é só mensal, como deveria ser, e não segue o ritmo do ciclo das estações, que orienta os ciclos das mulheres dos homens do gado. O sangue escorre diariamente de corpos com feridas e cicatrizes com a espessura de séculos e vai manchando ciclicamente a terra e a casa-corpo. Por isso, o “lago da lua” (ibid.), onde as mulheres lavam o seu primeiro sangue, não é um lago simples que corre como um rio escorreitamente para o mar. “O lago da lua”, primeiro poema do livro homônimo, é um lago bloqueado, mas que poeticamente constitui um arquivo de evasão e de sobrevivência, no qual o sujeito poético deposita seus sonhos.

No lago branco da lua
lavei meu primeiro sangue
Ao lago branco da lua
voltaria cada mês
para lavar
meu sangue eterno
a cada lua.

No lago branco da lua
misturei meu sangue e barro branco
e fiz a caneca
onde bebo
a água amarga da minha sede sem fim
o mel dos dias claros.
Neste lago deposito
minha reserva de sonhos
para tomar.
(Tavares, 1999, p. 11)

O “pronunciamento” feminino lançado pelo sujeito poético é sobretudo espaço de discussão do poder e das relações de poder que o conhecimento e a diferença sexual hierarquizam. Negar e subverter essa hierarquização – mostrando-a não apenas como impossivelmente única, mas também como parte de um todo que oprime – é o caminho escolhido para percorrer o longo e sinuoso percurso à transformação de uma esperada lógica feminina de submissão e opressão numa lógica feminina de libertação e emancipação. Esse é o caminho trágico, mas simultaneamente glorioso, a traçar. Daí o desafio lançado a um só tempo ao poder da tradição e ao poder social patriarcal:

[...]
 Hoje levantei-me cedo
 pintei de tacula e água fria
 o corpo aceso
 não bato a manteiga
 não ponho o cinto
 VOU
 para o Sul saltar o cercado.
 (Tavares, 2007c, p. 54)

Ou ainda mais veementemente:

Devorei a carne do boi do fogo
 tudo até ao fim e o coração.
 (Tavares, 2001, p. 34)

Desse lugar de enunciação telúrica, sexual e linguística, que emerge das vozes da terra e das mulheres da terra, da letra dos missionários e historiadores que registraram a vida dos povos do sul de Angola – que Ana Paula Tavares estuda e traduz como historiadora –, ergue-se a voz da poeta, revelando-nos outras línguas, guardiãs de outros arquivos culturais, nos quais se registra o poder de outros reis e a validade de outros conhecimentos. Tudo isso é tecido a partir das margens do mundo: da voz da mulher amante, ferida de amor à espera do seu amado perante a solidão do mundo; das vozes das mulheres que têm filhos, amassam o pão, tecem, amam, rasgam a noite com os seus gritos surdos e inventam a vida; das vozes das mulheres trocadas por bois na sociedade dos homens do gado e que circulam à margem da sociedade colonial.

Essa é, assim, uma forma-outra de responder à questão levantada pelos navegantes da epopeia camoniana sobre que gente será esta, que rei, que lei teriam; uma forma erigida e tecida a partir de um olhar-outro que o grande poeta por certo não contemplava, nem poderia imaginar. Essa é uma forma-outra de mostrar a mulher de outras paragens que Camões viu, admirou e provavelmente amou na sua “pretidão de amor” e que cantou como alguém estranho, mas “bárbara não”.¹ Mas essa é, sem dúvida, a forma de tão camonianamente tudo questionar, renomeando, e de assim transformar o amador na coisa amada. Ou seja, de assim transformar a letra da historiadora na voz da poeta, a terra em casa-corpo, a terra em território, a nação adiada em terra prometida. Uma terra cujo mapa não mais se inscreve nem no imaginário dos navegantes europeus –

¹ Refiro-me ao poema de Luís de Camões “Endechas a Bárbara Escrava” (ver Macedo, 1998, p. 388-389).

salpicado de ilhas imaginárias plenas de amores –, nem no imaginário masculino dos guerrilheiros da libertação que vão traçar a nova nação, mas no corpo tatuado feminino, onde se escreve e reescreve a terra.

Meu corpo é um grande mapa muito antigo
percorrido de desertos, tatuado de acidentes
habitado por uma floresta inteira
um coração plantado
dentro de um jardim japonês
regado por veias finas
com um lugar vazio para a alma.
(Tavares, 1999, p. 45)

FECHANDO

Captar o retrato desse corpo-mapa-nação inscrito cicatricialmente no feminino na poesia de Ana Paula Tavares exige uma leitura geográfica e sexualmente deslocada. E, com isso, pode-se entender como se vivem outros “costumes” – nunca assumidos como relevantes; se adotam outras “leis” – apenas consuetudinariamente aplicadas; e se registra o poder de outras “rainhas”, senhoras de outros “conhecimentos” – costumes, leis, reis, conhecimentos que “sempre estiveram na margem, mas que sempre estiveram presentes”, pois são eles que inventam e constroem a vida que novas vidas gera, ao ritmo dos ciclos das estações.

Respondendo camonianamente a Camões, a partir do sul, mas também àquela mais contemporânea questão, politicamente provocadora, colocada em tempo de guerra em *Novas cartas portuguesas* – “será a mulher a última colônia do homem?” (Barreno, Costa e Horta, 1974, p. 285) –, Ana Paula Tavares, sem concluir, responde contra essa outra forma de colonização, vivida no feminino, que é o patriarcado. Ela mostra ser sobretudo dessas mulheres a mão que comanda a vida, não só na Angola moderna, urbana, cosmopolita de Luanda, mas também na Angola mais tradicional do interior, representado pelo planalto da Huíla. Trata-se, portanto, da denúncia de uma dupla colonialidade: a política, ainda que não mais exercida nos moldes europeus; e a social e familiar, que coloca as mulheres na margem. Colonialidade esta que converte suas histórias em histórias duplamente silenciadas: pela condição de subalternidade no seio da diferença imposta pela colonialidade e pela condição de subalternidade vivida na diferença sexual.

Por isso, a poesia de Ana Paula Tavares constituiu um “pronunciamento” e um estímulo para reolhar os cânones, no sentido lato do termo, literário e histórico – os cânones dos conhecimentos e dos poderes sobre os quais os outros se

erguem –, para assim ver, de fato, tudo o que eles deixaram e continuam a deixar de fora; tudo o que continuam a excluir. A proposta poética de Ana Paula Tavares implica não apenas uma mudança do olhar, mas também uma mudança da “escala do olhar”.²

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRENO, Maria Isabel; COSTA, Maria Velho da; HORTA, Maria Teresa. *Novas cartas portuguesas*. Lisboa: Futura, 1974.
- BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Ed. fac. Leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.
- BRANDÃO, Fiama Hasse Pais. *As fábulas*. Vila Nova de Famalicão (Portugal): Quase, 2002.
- CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. 5. ed. Lisboa: Instituto Camões, 2003.
- GARRETT, Almeida. Viagens na minha terra. In: _____. *Obras completas de Almeida Garrett*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1983.
- GIL, Fernando; MACEDO, Helder. *Viagens do olhar – retrospecto, visão e profecia no Renascimento português*. Porto: Campo das Letras, 1998.
- MATA, Inocência; PADILHA, Laura. *A mulher em África – vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007.
- PADILHA, Laura (org.). *Bordejando a margem: poesia escrita por mulheres (uma recolha do Jornal de Angola, 1954-1961)*. Breve antologia. Luanda: Kilombelombe, 2007.
- _____. Literatura angolana: suas cartografias e seus embates contra a colonialidade. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; PADILHA, Laura (org.). *Lendo Angola*. Porto: Afrontamento, 2008.
- _____. *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- _____. O espaço colonial e sua paginação em branco na cartografia ficcional de Eça de Queirós. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (org.). *Portugal não é um país pequeno – contar o Império na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia, 2006a. p. 29-42.
- _____. Protocolos de apresentação. *Metamorfoses. Revista da Cátedra Jorge de Sena*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 7, p. 147-158, 2006b.

² Expressão retirada do poema “Às vezes as coisas dentro de nós”, de Fiama Hasse Pais Brandão, publicado em *As fábulas* (2002).

RIBEIRO, Margarida Calafate. A Heritage of One's Own: A Conversation with Ana Paula Tavares. *Ellipsis*, Journal of the American Portuguese Studies Association, n. 5, p. 147-152, 2007.

_____. *Uma história de regressos – Império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.

SPIVAK, Gayatri C. Can the Subaltern Speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (org.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.

TAVARES, Ana Paula. *Dizes-me coisas amargas como os frutos*. Lisboa: Caminho, 2001.

_____. *Manual para amantes desesperados*. Lisboa: Caminho, 2007a.

_____. Nascer no paraíso. *Jornal de Letras*, 7 a 20 nov., p. 44, 2007b.

_____. *O lago da lua*. Lisboa: Caminho, 1999.

_____. *Ritos de passagem*. Lisboa: Caminho, 2007c.